

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, SEM
GARANTIA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO
PAULO - SABESP**

Pelo presente instrumento, de um lado

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade de economia mista com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

e, de outro lado,

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas (os “Debenturistas”) adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (individualmente, a “Debênture” e coletivamente as “Debêntures”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”),

vêm, por este primeiro aditivo (o “Aditivo”), na melhor forma de direito aditar a Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sem Garantia, da Companhia Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, firmada entre as partes em 12 de março de 2002 (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula não expressamente definidos neste Aditivo terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.
2. As partes resolvem re-ratificar os termos da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 25 de fevereiro de 2002 (a “AGE”) e nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração da Emissora, realizadas em 07 e 21 de março de 2002 e em 26 de abril de 2002 (as “RCAs”).

1.2. Nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”) a AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora poderes para:

- (i) deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo, bem como a oportunidade de emissão;



Pag. 2/29

(ii) definir, com base nas necessidades de financiamento da Emissora e no custo de captação de recursos por meio da Emissão frente às demais alternativas de financiamento disponíveis, o valor total da Emissão, observado o limite de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e

(iii) definir, de acordo com as condições de mercado à época da colocação, o valor e o número de debêntures a ser alocado em cada uma das duas séries da Emissão.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 5ª emissão pública das Debêntures (a “Emissão”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta emissão pública de Debêntures da Emissora será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGE e das RCAs

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 8 de março de 2002, sob número 46336/02-3 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Estado de São Paulo”, no dia 1º de março de 2002.

A ata da RCA de 07 de março de 2002 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 14 de março sob o número 53891/02-8 e publicada no jornal “O Estado de São Paulo” no dia 09 de março de 2002. A ata de RCA de 21 de março de 2002 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 11 de abril, sob número 71671/02-0 e publicada no jornal “O Estado de São Paulo” no dia 10 de abril de 2002. A ata de RCA de 26 de abril de 2002 foi publicada nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, no dia 27 de abril de 2002, e será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

2.3. Arquivamento do Aditivo na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Este Aditivo será registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. Posteriores aditamentos à Escritura também serão registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”)

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID, de 16 de janeiro de 2002, para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários.



Pag.3/29

2.5. Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (o "BOVESPA FIX" e a "BOVESPA"), sendo custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Setor de Atividade da Emissora

A Emissora tem por objeto social planejar, executar e operar serviços de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como prestar serviços correlatos com seu objeto social, no Brasil ou no exterior, além de participar de outras sociedades das quais o poder público, direta ou indiretamente, seja acionista ou quotista.

3.2. Colocação e Procedimento de Distribuição

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do BOVESPA FIX, custodiado na CBLC, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos bancos Coordenadores desta Emissão que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão dos registros de emissão de cada série pela CVM e da segunda publicação do anúncio de início de distribuição. A colocação das Debêntures da 2ª Série terá início somente após a colocação integral das Debêntures da 1ª Série ou o cancelamento do saldo não colocado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

3.3. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado junto ao BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC e no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

3.4. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 5ª Emissão de Debêntures da Emissora.



Pag. 4/29



3.5. Valor Total da Emissão.

O valor total da Emissão é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), dividida em 2 (duas) séries, no dia 01 de abril de 2002.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da presente Emissão serão destinados à liquidação de dívidas da Emissora com vencimento durante o exercício de 2002, perante o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional, bem como perante a Caixa Econômica Federal e credores externos, dentre os quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (*International Bank for Reconstruction and Development*). A utilização dos recursos a serem captados observará os princípios seguidos pela Emissora, sendo destinados exclusivamente para honrar compromissos anteriormente por ela assumidos

3.7. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A. que será a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, conforme definido no item 4.1.2 abaixo. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

3.8 Limite da Emissão

A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura, era de R\$3.403.688.565,23 (três bilhões, quatrocentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos).

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 01 de abril de 2002 (a "Data de Emissão").

4.1.2. Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas. O Banco Itaú S.A. prestará os serviços de escrituração das Debêntures (o "Banco Depositário").

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia (quirografárias), sem preferência.

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures de ambas as séries será de 59 (cinquenta e nove) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em



Pag. 5/29

01 de março de 2007, ocasião na qual a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da remuneração de que trata o item 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”), na Data de Emissão.

4.1.6. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures, sendo 31.372 debêntures na 1ª Série e 8.628 debêntures na 2ª Série.

4.1.7. Número de Séries: A Emissão será realizada em duas séries, sendo a 1ª Série no valor de R\$13.720.000,00 (trezentos e treze milhões, setecentos e vinte e um mil reais) e a 2ª Série no valor de R\$86.280.000,00 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta mil reais).

4.2. Remuneração

4.2.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série da presente Emissão farão jus a uma remuneração (a “Remuneração da 1ª Série”) que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^f (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

circulação (a “Taxa DI”), acrescida do *spread* de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) ao ano, determinado em processo de *bookbuilding* (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”). As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão, ou data de vencimento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração da 1ª Série devida ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo. A Remuneração da 1ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

J = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização.

VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, no início do Período de Capitalização.

$\prod_{i=1}^f (FI_i)$ = produtório dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f .





Pag. 6/29

$f =$ número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

$FI_i =$ fatores de remuneração verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, obtidos da seguinte fórmula (I), abaixo.

$S =$ fator de *spread* calculado conforme a fórmula (II), abaixo.

$$FI = \left[\left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right] \quad (I)$$

onde:

$DI =$ Taxa DI calculada e divulgada pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano.

$dj =$ número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI

$$S = \left[\left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right] \quad (II)$$

onde:

$s =$ Acréscimo sobre a Taxa DI, expresso na forma percentual ao ano. Para o primeiro Período de Vigência da Remuneração o "s" será igual a 1,85% conforme definido em processo de *bookbuilding*.

$du =$ número de dias úteis do Período de Capitalização.

A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

Para o primeiro Período de Vigência da Remuneração (conforme abaixo definido) da 1ª Série, a Remuneração da 1ª Série foi estabelecida por meio de procedimento de *bookbuilding*, aprovada posteriormente pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada no dia 26 de abril e 2002, sendo que a Remuneração da 1ª Série deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo






Pag. 7/29



devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração da 1ª Série das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescido do *spread* estabelecido na forma do item 4.2.1. acima; ou
- (ii) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.4.1 abaixo, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

4.2.2. *Remuneração das Debêntures da 2ª Série.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série da presente Emissão farão jus à seguinte remuneração (a “Remuneração da 2ª Série” e, quando designada em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, simplesmente a “Remuneração”):



Pag. 8/29

4.2.2.1. Atualização

As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right\}^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left\{ \frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right\}^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left\{ \frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right\}^{\frac{dcp_n}{dct_n}}$$

onde:

VNa é o Valor Nominal Unitário atualizado;

VNe é o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário;

IGP-M₀ é o valor do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

IGP-M₁ é o valor do IGP-M do mês de início de atualização;

IGP-M₂ é o valor do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

IGP-M_n é o valor do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do IGP-M do mês de atualização;

IGP-M_{n-1} é o valor do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dcp é o número de dias corridos da última data-base até a data de atualização;

dct é o número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:





Pag. 9/29

(i) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 4.2.2.2. abaixo; ou

(ii) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.4.2 abaixo, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas.

4.2.2.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de 13,25% (treze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, determinada com base em processo de *bookbuilding* e aprovada posteriormente pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada no dia 26 de abril de 2002, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração da 2ª Série devida ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

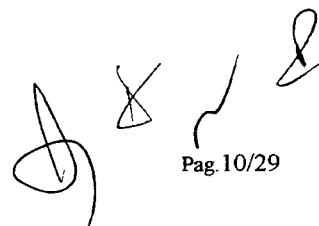
J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

VNa = o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série na data de início de cada Período de Capitalização;

b = taxa fixada em processo de *bookbuilding* Para o primeiro Período de Vigência da Remuneração o "b" será igual a 13,25%;

n = número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.





Pag. 10/29

4.2.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização”:

4.2.3.1. Para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive.

4.2.3.2. Para as Debêntures da 2ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, exclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, inclusive.

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.4. “Período de Vigência da Remuneração” significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série permanecerão vigentes ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de outubro de 2003.

4.3. Amortização

4.3.1. Amortização Programada: As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, amortizado em 3 (três) parcelas, conforme segue:

4.3.1.1. *Amortização das Debêntures da 1ª Série*: (a) 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário em 1º de abril de 2005, (b) 50% (cinquenta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, em 1º de abril de 2006, e (c) o saldo do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2007.

4.3.1.2. *Amortização das Debêntures da 2ª Série*: (a) 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 1º de abril de 2005, (b) 50% (cinquenta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 1º de abril de 2006, e (c) o saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 1º de março de 2007.

4.3.1.3. As condições de amortização constantes do item 4.3.1 acima poderão ser modificadas pela Emissora nas repactuações a que se refere o item 4.11 abaixo.

4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. *Pagamento da Remuneração da 1ª Série*. Os valores relativos à Remuneração da 1ª Série deverão ser pagos trimestralmente, sempre no dia 1º dos meses de julho, outubro, janeiro e abril de cada ano, com exceção do último pagamento da Remuneração da 1ª Série, que ocorrerá no dia 1º de março de 2007.

4.4.2. *Pagamento da Remuneração da 2ª Série*. Os valores relativos à Remuneração da 2ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: (i) Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º do mês de abril de cada ano, com exceção do último pagamento da Remuneração da 2ª Série, que ocorrerá no dia 1º de março de 2007; e (ii) Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que deverá ocorrer quando do



Pag. 11/29

pagamento das amortizações programadas (conforme item 4.3 acima) ou quando da repactuação, para aqueles Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora para o período subsequente ou se manifestarem pela venda em função da não publicação pela Emissora das condições do próximo Período de Vigência da Remuneração, observado o disposto no item 4.11 abaixo.

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, a taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures desta Emissão poderão, observado o § 3.º do Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 6 (seis) meses a contar da data da concessão do registro pela CVM, com integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, que será efetuada por meio do BOVESPA FIX, custodiado na CBLIC.



Pag. 12/29

4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nesta Escritura.

Caso, até a data de subscrição das Debêntures da 2ª Série, não haja divulgação do IGP-M, será utilizado para cálculo da atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

Nos termos do item 5.3 do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, de Debêntures Não Conversíveis em Ações da 5ª Emissão Pública da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP”, firmado nesta data entre a Emissora, o Banco Itaú S.A., o Banco Bradesco S.A., o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e o Banco ABN AMRO Real S.A. (os “Bancos Coordenadores”), os Bancos Coordenadores comprometeram-se a pagar aos Debenturistas que adquirirem as Debêntures da 1ª Série da Emissão, um prêmio de subscrição no valor equivalente à 0,20% (zero vírgula vinte por cento) por Debênture, calculado sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture subscrita, acrescido da Remuneração, acumulada desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização. Este prêmio será pago uma única vez, na data da efetiva integralização das Debêntures, diretamente pelos Bancos Coordenadores.

4.11. Repactuação

As Debêntures da 1ª e 2ª Séries serão sujeitas a repactuação, sendo a primeira realizada em 1º de outubro de 2003. O Conselho de Administração da Emissora deliberará sobre as condições de Remuneração das Debêntures da 1ª e 2ª Séries, a vigorar nos próximos Períodos de Vigência da Remuneração, assim como sobre o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora por intermédio de publicação, conforme item 12.1.1 abaixo, até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) as condições da Remuneração a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração; e
- c) as condições de amortização aplicáveis durante o novo Período de Vigência da Remuneração, que poderão diferir das condições inicialmente pactuadas.

Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo Período de Vigência da Remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora no prazo ora estabelecido, os Debenturistas poderão, entre o 10º e o 5º dia útil (inclusive) anteriores ao encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, manifestar, através de informação ao sistema de custódia, sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o



Pag. 13/29

vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não publicação das condições de Remuneração a que se refere este parágrafo.

A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente ou se manifestarem pela venda em função da não publicação pela Emissora das condições do próximo Período de Vigência da Remuneração. As Debêntures serão adquiridas pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, definida para o período vencido.

As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item 4.11. poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

A Emissora obriga-se também a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento dos respectivos Períodos de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora em outras repactuações da Emissão, além daquelas previstas neste item.

CLÁUSULA V - ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Novos aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO

6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da 1ª Série e/ou da 2ª Série desta Emissão em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 6.1 poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.

6.2. A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Emissão, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série em circulação, pelo pagamento do saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado até a data do efetivo resgate, acrescido até a referida data: (i) da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da Remuneração e (ii) de prêmio de resgate equivalente a 1,00% (um por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida na data do resgate. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e poderá ser total ou parcial. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário. Não é permitido o resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série pela Emissora.



Pag. 14/29



CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São consideradas hipóteses de vencimento antecipado, sujeitos à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado da 5ª Emissão e da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado de cada Debênture, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Emissora, quaisquer dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência;
- b) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação decorrente desta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, inclusive, mas sem limitação, das obrigações de natureza pecuniária;
- c) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas Datas de Pagamento, bem como quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- e) Alteração do Controle Acionário da Emissora sem que tenham sido previamente constituídas garantias adicionais às Debêntures de forma satisfatórias aos Debenturistas reunidos em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A obrigação a que se refere este subitem (e) deverá constar de eventual edital de transferência do controle da Emissora ou documento equivalente. Para efeito do disposto neste subitem, uma “Alteração do Controle Acionário” ocorrerá caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- f) privatização, liquidação, dissolução, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura;
- g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que tenha(m) sido responsável(is), isoladamente ou em conjunto, e que venham, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures representar um valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita operacional líquida da Emissora; e



Pag. 15/29

- h) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou declaração de falência da Emissora.

7.2. Quando da ocorrência dos eventos indicados no item 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pela Emissora.

7.2.1. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas as Debêntures.

7.2.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovada o exercício da faculdade prevista no item 7.2.1 acima por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 7.1 acima.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (b) após o término do primeiro semestre de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo semestre;
- (c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;
- (d) com a maior brevidade possível qualquer informação relacionada com a presente emissão que lhe venha a ser solicitada; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII - Vencimento Antecipado acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência.

(ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;



Pag. 16/29

- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos do item 10.1 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xi) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas em virtude das Debêntures;
- (xii) manter todos seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados;
- (xiii) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (xiv) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.6 acima, indicando as providências que julgar adequadas;
- (xv) envidar seus melhores esforços para manter válidos e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- (xvi) envidar seus melhores esforços para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- (xvii) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora



Pag. 17/29

na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(xviii) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, e não efetuar qualquer alteração relevante na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data;

(xix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura, Planner Corretora de Valores S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e

e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo



Pag. 18/29



certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo junto com a presente Escritura.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou no Termo de Contrato de Prestação de Serviços CSS n.º 990/02, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 01 de março de 2002 (o “Contrato de Prestação de Serviços”), e que é parte integrante desta Escritura como Anexo I, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



Pag. 19/29

- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- 1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) resgate e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - 1.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;



Pag. 20/29

1.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;

1.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

m.5) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.

n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m”;

o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à ANDIMA e à CBLC;

p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas, se for o caso;

q) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1) à CVM; e/ou

s.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso.



Pag.21/29

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do *caput* deste item.

9.6. Remuneração

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas trimestrais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a serem pagas durante o prazo de 59 (cinquenta e nove) meses, contado da data de assinatura desta Escritura. Os pagamentos serão devidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação dos serviços, contados a partir da data de assinatura da presente Escritura;
- b) A remuneração prevista no item "a" acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título;
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas nos termos do Contrato de Prestação de Serviços;
- d) A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação; e



Pag. 22/29

e) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.7. Despesas




A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.


Pag. 23/29

9.7.4. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação as Debêntures em tesouraria e de titularidade de diretores, conselheiros ou administradores da Emissora, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.

10.1. Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do total de Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes na Assembléia. Alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, constantes da Cláusula IV da presente Escritura (inclusive com relação às condições de Remuneração, repactuação, vencimento e pagamento), e a liberação da Emissora de obrigações e situações de vencimento antecipado previstas nesta Escritura, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

10.5. Matérias de Interesse Específico

O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar separadamente uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de



Pag. 24/29



interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Décima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

As matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida.

(b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

(e) está ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

11.2. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, a Emissão das Debêntures e o cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(e) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo (os “Prospectos”) contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos,



Pag. 25/29

passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;

(f) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(g) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução;

(h) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2001 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(i) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Estado de São Paulo", exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas no jornal "O Estado de São Paulo".



Pag. 26/29



12.1.2. Notificações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
Rua Costa Carvalho, nº 300 - São Paulo, SP
fax. (0xx11) 3815-4465
tel. (0xx11) 3388-8247
at. Sr. Paulo D. Knippel Galletta

Para o Agente Fiduciário:

Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Paulista, nº 2439, 11º andar - São Paulo, SP
fax. (0xx11) 3061.0964
tel. (0xx11) 3061.9444
at.: Sr. Artur Martins de Figueiredo

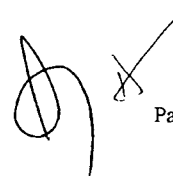
Para o Banco Depositário:

Banco Itaú S.A.
Rua Boa Vista, 185, 4o andar - São Paulo, SP
fax. (0xx11) 3247-1917
tel. (0xx11) 3247-1905/3247-1906
at.: Sr. José Idelfonso Nieri

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



Pag.27/29



[Esta Página é parte integrante do "Primeiro Aditamento à Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sem Garantia, da Companhia Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP", firmado em 29 de abril de 2002]

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.


12.4 Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

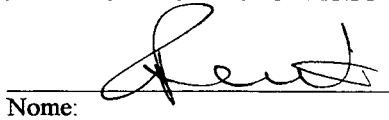
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 29 de abril de 2002.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

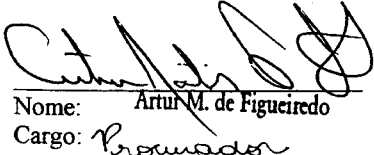


Nome: _____
Cargo: **Eng. Oswaldo Aly**
VICE-PRESIDENTE LITORAL

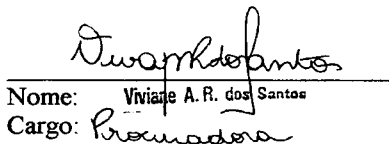


Nome: _____
Cargo: **PAULO DOMINGOS K. GALLETTA**
Diretor Econômico-Financeiro

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

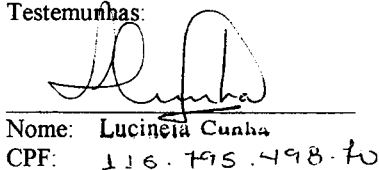


Nome: **Artur M. de Figueiredo**
Cargo: **Procurador**

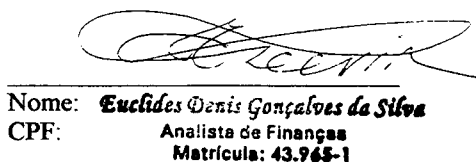


Nome: **Viviane A. R. dos Santos**
Cargo: **Procuradora**

Testemunhas:



Nome: **Lucineia Cunha**
CPF: **116.795.498-70**



Nome: **Euclides Denis Gonçalves da Silva**
CPF: _____
Analista de Finanças
Matrícula: **43.965-1**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I

Contrato de Prestação de Serviços CCS 990/02



Pag.29/29

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

TERMO DE CONTRATO CSS Nº 990/02

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, com sede nesta Capital, na Rua Costa Carvalho, 300, CNPJ/MF 43.776.517/0001-80, doravante designada SABESP, representada na forma de seus Estatutos, por seus Procuradores: Claudio Martins Gaiarsa, Superintendente de Captação de Recursos e Marília Paiva de Almeida, Coordenadora de Captação de Recursos Internacionais, nos termos do Instrumento Particular de Procuração nº F 001/2002 e Subestabelecimento nº FR 001/2002 e a Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº. 2.439 – 11º andar, Jardim Paulista, CEP. 01311-300, CNPJ/MF 00.806.535/0001-54, doravante designado AGENTE FIDUCIÁRIO, representado por seus Diretores Carlos Arnaldo Borges de Souza e Marcus Eduardo De Rosa, obedecidas as disposições da Lei nº 8666, de 21/06/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8883, de 08/06/94, Lei nº 9648, de 27/05/98 e Lei nº 9854, de 27/10/99; e a Lei nº 6544, de 21/11/89, no que não conflitar com as disposições da Lei Federal, de acordo com o ato homologatório do Sr. Superintendente de Captação de Recursos, exarado na CI 378/02, datada de 01/03/02, têm, entre si, justo e contratado o que segue:

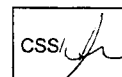
CLÁUSULA 1ª - OBJETO

- 1.1 - Constitui o objeto do presente termo de contrato a prestação de serviços de agente fiduciário para a quinta emissão de debêntures simples da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, em duas séries (CDI e IGP-M), com data prevista de emissão para 1º de março de 2002, no valor de até R\$ 500.000.000,00 correspondentes a 50.000 debêntures, de acordo com o Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, e considerado como parte integrante deste termo tão logo seja formalizado, Edital do Convite CSS 990/02, proposta do AGENTE FIDUCIÁRIO e demais documentos constantes do Dossiê SABESP 02/001.008, Volume I, Tomo 1.
- 1.2 - As características da 5ª Emissão de Debêntures Simples são as seguintes:
- a) Emissor: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
 - b) Montante de Emissão: até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).
 - c) A critério da SABESP, este montante pode ser incrementado em até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
 - d) Séries:
Série(s) Indexada(s) ao CDI: até o montante de R\$ 400 milhões;
Série(s) Indexada(s) ao IGP-M: até o montante de R\$ 400 milhões;
Obs.: esses montantes poderão ser incrementados em até R\$ 100 milhões.
 - e) Forma, Tipo e Conversibilidade: nominativas, escriturais e não-conversíveis em ações;
 - f) Espécie: sem garantia, não subordinadas;
 - g) Data de Emissão: prevista para 1º de março de 2002;
 - h) Época de Subscrição e Integralização: março/abril de 2002
 - i) Prazo e Amortização: os títulos terão vencimento em março de 2007, com:
amortização de 1/3 do valor nominal, em março de 2005;
amortização de 50% do saldo do valor nominal, em março de 2006;
amortização de 100% do saldo do valor nominal, em março de 2007;
 - j) Repactuação: prevista uma repactuação em setembro de 2003.
 - k) Remuneração dos Títulos:
Série(s) Indexada(s) ao CDI: juros remuneratórios trimestrais, base 252 dias, incidentes sobre o valor nominal dos títulos, iguais a Taxa DI Over Extra Grupo de um dia, divulgada pela Cetip, mais Spread a ser definido em procedimento de Book Building;
Série(s) Indexada(s) ao IGP-M: atualização do valor nominal pela variação do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, mais Juros Remuneratórios anuais, base 360 dias, cuja taxa será definida em procedimento de Book Building;



REV17/CS/CT-990/02

Valquíria Aparecida dos Santos
Advogada - OAB/SP 143.087



companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

- l) Classificação de Risco de Crédito: a 5ª Emissão será objeto de classificação de *rating* pela: Standard & Poor's e Atlantic Rating
- m) Negociação: a 5ª Emissão será registrada para negociação, junto ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, custodiado na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
- 1.3 - O AGENTE FIDUCIÁRIO na execução do objeto deste termo deverá considerar como parâmetros mínimos os seguintes pontos (com base na Lei n.º 6.404/ 1976 e na Instrução CVM n.º 28/1983):
- serviços de assessoria na realização da 5ª Emissão;
 - análise e avaliação das minutas dos instrumentos legais necessários à formalização da 5ª Emissão;
 - simulação do modelo do papel;
 - participação em reuniões, quando solicitada;
 - acompanhamento diário do valor nominal unitário das debêntures;
 - fornecimento do valor atualizado das debêntures aos debenturistas que o solicitarem;
 - assessoria a investidores para aquisição das debêntures da 5ª emissão no mercado secundário;
 - elaboração de relatórios anuais, conforme legislação/regulamentação vigente;
 - demais serviços previstos na legislação vigente.
- 1.4 - As demais cláusulas que constituem o presente instrumento são: 2ª Preços, 3ª Valor, 4ª Reajustamento de Preços, 5ª Prazo, 6ª Faturamento e Pagamento, 7ª Sustação de Pagamentos, 8ª Obrigações e Responsabilidade do AGENTE FIDUCIÁRIO, 9ª Obrigações da SABESP, 10 Transferência, 11 Sanções Administrativas, 12 Força Maior, 13 Rescisão, 14 Disposições Complementares, 15 Foro.
- 1.5 - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.
- 1.6 - O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário (preço unitário trimestral).
- 1.7 - O AGENTE FIDUCIÁRIO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.

CLÁUSULA 2ª - PREÇOS

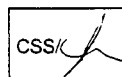
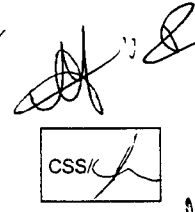
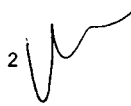
- 2.1 - O AGENTE FIDUCIÁRIO obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, pelo preço trimestral à vista, igual a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.
- 2.2 - A "data de referência dos preços" é 15/02/02.
- 2.3 - Não estão inclusas no preço estabelecido pelo item 2.1, as despesas consideradas como reembolsáveis pela SABESP, tais como: registro dos atos necessário à colocação das debêntures – Escritura e Ata da Assembleia Geral Extraordinária, custos de publicação do extrato, viagens, hospedagens e serviços de apoio – desde que autorizados pela SABESP.

CLÁUSULA 3ª - VALOR

- 3.1 - O valor do presente contrato é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na "data de referência dos preços" 15/02/02, RC FIG nº 990/02 – Fonte de recursos: próprios, subdividido como segue:
- a) R\$ 50.000,00, correspondente a remuneração do Agente Fiduciário;
- b) R\$ 30.000,00, correspondente à verba que suportará as despesas reembolsáveis, conforme item 2.3 da cláusula 2ª deste.
- 3.2 - O valor deste contrato não inclui reajustamentos de preços.



REV17/CS/CT-990/02



companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

CLÁUSULA 4ª - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 4.1 - Observadas as prescrições da Lei nº 8880, de 27/05/94; da Lei nº 9069, de 29/06/95; e da Lei nº 10.192, de 14/02/01; no que for pertinente; aplicar-se-á a este contrato, em periodicidade anual, reajuste de preços contada da "data de referência dos preços". A periodicidade anual poderá ser reduzida por ato do Poder Executivo.

Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior, o preço trimestral indicado na Cláusula 2ª, item 2.1 é à vista, será reajustado de acordo com a fórmula a seguir:

$$Pr = Po \frac{\left(\frac{IT1}{IT0} \right)^{\frac{nt}{mt}} \cdot IT0}{\left(\frac{IB1}{IB0} \right)^{\frac{nb}{mb}} \cdot IB0}$$

onde:

- Pr = valor do preço reajustado;
- Po = preço original na "data de referência dos preços";
- I = índice correspondente à coluna 39 – Serviços de Consultoria – Obras Rodoviárias – Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas, publicado pela revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas – FGV;
- IT1 = índice I referente ao mês da data de reajuste de preços;
- ITo = índice I referente ao mês imediatamente anterior ao da data de reajuste de preços;
- IB1 = índice I correspondente ao mês da "data de referência dos preços";
- IBO = índice I correspondente ao mês imediatamente anterior ao da "data de referência dos preços";
- nt = quantidade de dias dentro do mês de reajuste de preços, desde o seu início até a data de reajuste de preços, inclusive;
- mt = quantidade de dias existentes no mês de reajuste de preços;
- nb = quantidade de dias dentro do mês da "data de referência dos preços", desde o seu início até a "data de referência dos preços" inclusive;
- mb = quantidade de dias existentes no mês da "data de referência dos preços".
- 4.2 - Os valores contratuais serão reajustados para mais ou para menos em consequência de suas variações.
- a) O reajuste de preços será efetuado somente, com base em índices definitivos.
- 4.3 - A solicitação de reajuste de preços deverá ser encaminhada à Av. do Estado, 561 – Unidade I – Ponte Pequena, aos cuidados da Divisão de Análises Financeiras e Financiamentos, acompanhada do demonstrativo de cálculo, observado o item 6.4 alínea a da Cláusula 6ª.
- 4.4 - Da aplicação da fórmula constante do item 4.1 anterior serão obtidos preços reajustados e nova "data de referência", sendo esta data a base para o próximo período de um ano, quando poderá ocorrer novo reajuste, observada a legislação específica vigente.

CLÁUSULA 5ª - PRAZO

- 5.1 - O prazo deste contrato é de 60 (sessenta) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data da formalização do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
- a) Eventual prorrogação de prazo será formalizada por meio de Termo de Alteração Contratual, respeitadas as condições prescritas na Lei 8666/93.



companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

- (vi) A não apresentação dessas comprovações assegura à SABESP o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.
 - c) Os pagamentos serão efetuados pela FFEG – Divisão de Gestão Financeira e Pagamentos, situada na Av. do Estado, 561, Unidade I, Ponte Pequena/SP.
 - d) A SABESP poderá glosar, de faturas emitidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, valores apontados como indevidos pela Unidade da SABESP que administra este contrato.
- 6.4 - Havendo extrapolação no prazo de pagamento, desde que por responsabilidade da SABESP, esta responderá pelo pagamento da devida correção monetária, que será realizado no dia 20 do mês seguinte ao do pagamento da obrigação em atraso.
- a) Esse valor será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VCM = V.A \left[\left(\frac{IGPM_x}{IGPM_y} \right)^{\frac{n}{m}} - 1 \right] \cdot \left[\frac{IGPM_2}{IGPM_1} \right]^{\frac{a}{b}} \%$$

- VCM - Valor da correção monetária para pagamento no dia 20 do mês seguinte ao do pagamento da obrigação em atraso;
 - VA - Valor do pagamento em atraso;
 - IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas - FGV;
 - x - Índice referente ao mês imediatamente anterior ao mês do efetivo pagamento do valor em atraso;
 - (y*)y1 - Índice referente ao segundo mês imediatamente anterior ao mês do vencimento da obrigação VA, quando a data do vencimento coincidir com o mesmo mês do pagamento,
 - (y*)y2 - Índice referente ao mês imediatamente anterior ao mês do vencimento, quando o mês do vencimento for diferente do mês do pagamento;
 - 2 - Índice referente ao mês imediatamente anterior ao mês do efetivo pagamento da correção monetária;
 - 1 - Índice referente ao mês imediatamente anterior ao de pagamento do valor em atraso;
 - n - Quantidade de dias contados a partir do vencimento da obrigação V.A., exclusive, até a data do efetivo pagamento;
 - m - Quantidade de dias correspondente ao período a que se refere à variação existente entre os índices x e y, ou seja, a partir do primeiro dia, inclusive, do mês seguinte ao do índice "y" até o último dia do mês do índice "x";
 - a - Quantidade de dias contados a partir da data do efetivo pagamento da obrigação VA até o dia 20 do mês seguinte;
 - b - Quantidade de dias correspondente ao período a que se refere a variação existente entre os índices "2" e "1", ou seja, a partir do primeiro dia, inclusive, do mês seguinte ao do índice "1" até o último dia do mês do índice "2".
- b) Quando do reajuste de preços a que se refere a Cláusula 4ª, em especial o item 4.2 a, o pagamento correspondente ao primeiro período de aferição após o reajuste de preços, poderá, provisoriamente, ser efetuado com base nos preços originais do contrato, caso não haja tempo hábil para operacionalização do reajuste.
 - (i) As diferenças decorrentes do reajuste serão compensadas com faturamento complementar no caso de acréscimo ou glosa no próximo pagamento devido no caso de reduções.
 - (ii) Em se tratando do pagamento final, este somente será realizado após o reajuste de preços.
 - (iii) O pagamento devido, de acordo com (i) e (ii) anteriores, será processado em até 30 (trinta) dias da publicação dos índices definitivos, respeitadas as condições do item 6.3 e sua alínea a.



REV17/CS/CT-990/02

Handwritten signatures and stamps, including a box labeled 'CSSC' and a signature 'm'.

companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

- 6.5 - A SABESP poderá descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em razão deste termo ou de outros contratos celebrados entre a SABESP e o AGENTE FIDUCIÁRIO.
- 6.6 - Quaisquer títulos de cobrança emitidos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO contra a SABESP, não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A SABESP não será obrigada a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresa de factoring.
- 6.7 - O Decreto Estadual nº. 43.060, de 27/04/98, determina que todos os pagamentos processar-se-ão mediante crédito em conta-corrente em nome do AGENTE FIDUCIÁRIO, no Banco Nossa Caixa S/A. Para tanto, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá manter conta-corrente neste Banco, informando à Área Financeira da SABESP o respectivo número e agência.

CLÁUSULA 7ª - SUSTAÇÃO DE PAGAMENTOS

- 7.1 - Poderá a SABESP sustar o pagamento de qualquer fatura, no caso de inadiplência do AGENTE FIDUCIÁRIO para com a SABESP, na execução deste termo e/ou de outro(s) contrato(s).

CLÁUSULA 8ª - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO AGENTE FIDUCIÁRIO

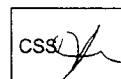
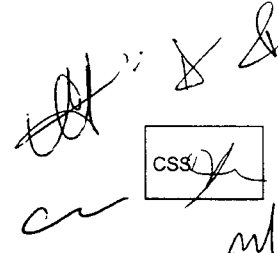
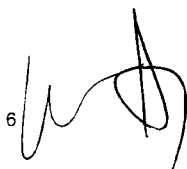
- 8.1 - Sem prejuízo das disposições das cláusulas e anexos deste termo de contrato e do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei de regência e de normas regulamentares, em especial as Leis 6385/76 e 6.404/76 e Instruções CVM 13/80, 28/83 e 202/93, que constituem encargos específicos do AGENTE FIDUCIÁRIO:
- a) responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados e mencionados em quaisquer dos documentos que integram o presente termo de contrato, nos termos da legislação vigente e das normas e procedimentos internos da SABESP;
 - b) designar preposto, devidamente aprovado pela SABESP, ato contínuo da formalização deste termo, mantendo-o à disposição da SABESP, para representar o AGENTE FIDUCIÁRIO na execução do contrato;
 - i) comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela SABESP, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;
 - ii) manter a SABESP informada de todos os detalhes dos serviços, de acordo com as conveniências desta, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a consulta;
 - c) obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além de outra legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos da SABESP, de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade;
 - d) afastar, após notificação, todo empregado que, a critério da SABESP, proceder de maneira desrespeitosa para com os debenturistas, empregados e clientes desta.
 - e) responsabilizar-se, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
 - f) reforçar, adequar ou substituir os seus recursos de equipamentos instalações ou pessoal, se for constatada a sua inadequação para realizar os serviços;
 - g) cumprir as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução dos serviços, destacando se a legislação ambiental;
 - h) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;



REV17/CS/CT-990/02



6



companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

- i) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à SABESP ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da SABESP em seu acompanhamento;
- 8.2 - Observar todas as normas relativas a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, mesmo as de caráter administrativo, aplicáveis à execução dos serviços, objeto do presente contrato, ou quaisquer outras impostas pelas autoridades competentes e de todos os itens do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
- a) O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ter ciência dos seus deveres e atribuições assumidos por força do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, mencionado no subitem 1.1 da cláusula 1ª, bem como se comprometer a observar, no exercício de suas funções, todas as normas reguladoras da matéria, principalmente as constantes da Instrução CVM 28/93.
- 8.3 - Todas as ações trabalhistas, decorrentes da execução do CONTRATO que diretamente ou indiretamente responsabilizem a SABESP em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas em nome do AGENTE FIDUCIÁRIO e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando, judicialmente, a SABESP for excluída da lide pela Justiça, desta responsabilidade.

CLÁUSULA 9ª - OBRIGAÇÕES DA SABESP

- 9.1 - Além daquelas estabelecidas no Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para a execução dos serviços objeto do presente contrato, a SABESP obriga-se a:
 - a) fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;
 - b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;

CLÁUSULA 10 – TRANSFERÊNCIA

- 10.1 - O AGENTE FIDUCIÁRIO não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte.
- 10.2 - O AGENTE FIDUCIÁRIO não poderá subcontratar os serviços que compõem o escopo principal deste instrumento.

CLÁUSULA 11 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 - O AGENTE FIDUCIÁRIO estará sujeita à multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor atualizado do contrato, se for constatada a má qualidade dos serviços.
- 11.2 - O AGENTE FIDUCIÁRIO estará sujeita à multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor atualizado do contrato, pelo não cumprimento do disposto em qualquer de suas Cláusulas.
- 11.3 - Em caso de rescisão, por responsabilidade do AGENTE FIDUCIÁRIO, esta sujeitar-se-á à seguinte multa, independentemente das sanções determinadas pela legislação pertinente:

$$M = 0,100 \times V_{cn}.$$

onde:

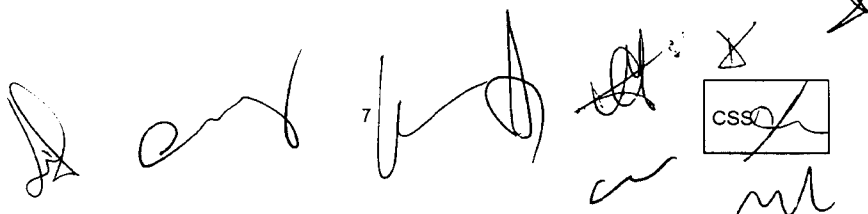
M = Valor da multa em moeda corrente nacional

V_{cn} = Valor do contrato atualizado no mês de aplicação da multa referente a parte dos serviços não concluídos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- 11.4 - Nas sanções constantes de 11.1, 11.2 e 11.3 os valores das multas serão em moeda corrente nacional. No caso de incidência em mais de um item, as multas serão cumulativas.



REV17/CS/CT-990/02



companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

- 11.5 - Os valores apurados das sanções serão descontados dos pagamentos devidos e/ou da garantia contratual ou pagos em dinheiro e, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 11.6 - Pela inexecução total e parcial do contrato ou violação das normas e procedimentos internos da SABESP citados no Edital e neste instrumento e legislação vigente, o AGENTE FIDUCIÁRIO sujeitar-se-á às seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) multa, na forma prevista nos itens 11.1 a 11.3 anteriores;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SABESP por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria Administração Pública Estadual.
- 11.7 - As sanções previstas no item 11.6, alíneas a, c e d poderão incidir juntamente com a do subitem 11.6 alínea b.
- 11.8 - As sanções previstas no subitem 11.6 alíneas c e d poderão também ser aplicadas quando:
- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
 - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a SABESP em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.9 - A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.
- 11.10- Aplicam-se, subsidiariamente, ao disposto nesta Cláusula, as condições previstas no Capítulo IV da Lei 8666/93.

CLÁUSULA 12 - FORÇA MAIOR

- 12.1 - Qualquer falta cometida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO somente poderá ser justificada, desde que comunicada por escrito, e não considerada como inadimplência contratual, se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com o parágrafo único do artigo 1058 do Código Civil Brasileiro.
- 12.2 - Ocorrendo motivo de força maior, o AGENTE FIDUCIÁRIO notificará, de imediato e por escrito, a Unidade da SABESP que administra o contrato, sobre a situação e suas causas. Salvo se a SABESP fornecer outras instruções por escrito, o AGENTE FIDUCIÁRIO continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior.

CLÁUSULA 13 - RESCISÃO

- 13.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.
- 13.2 - Constituem motivos para a rescisão do contrato as disposições constantes da seção V do Capítulo III da Lei 8666/93, ficando assegurado à SABESP a supremacia relativa ao poder inerente aos contratos administrativos.

CLÁUSULA 14 – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

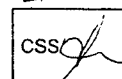
- 14.1 - Além da proposta do AGENTE FIDUCIÁRIO, também se constituirá em parte integrante do presente termo de contrato o Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Minuta, tudo devidamente rubricado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e pelo Departamento de Licitações de Serviços – CSS da SABESP.



REV17/CS/CT-990/02



8



ml

companhia de saneamento básico do estado de são paulo – sabesp

- 14.2 Em caso de conflitos, prevalecerão em qualquer hipótese, as disposições do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.
- 14.3 - A este contrato aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 8880, de 27/05/94, da Lei nº 9069, de 29/06/95 e da Lei nº 10.192, de 14/02/01 no que for pertinente.

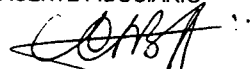
CLÁUSULA 15 - FORO

- 15.1 - O Foro do presente contrato é o da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Subdistrito da Sé, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 01 de março de 2.002

AGENTE FIDUCIÁRIO




Carlos Arnaldo Borges de Souza
Diretor



Marcus Eduardo De Rosa
Diretor

TESTEMUNHAS

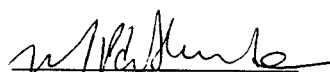


Euclides Denis Gonçalves da Silva
Analista de Finanças
Matrícula: 43.960-1

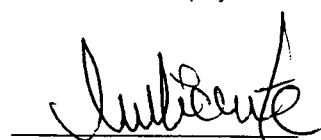
SABESP



Claudio Martins Gaia
Superintendente de Captação de Recursos



Marília Paiva de Almeida
Coordenadora de Captação de Recursos Internacionais



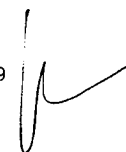
Márcio Vicente
Especialista em Finanças
Matr. 37.991-7 CPF 371.639.967-62



REV17/CS/CT-990/02



9



CSS/C